

VIA TEOLÓGICA

Volume 25 – Número 49 – jun. / 2024

ISSN 2526-4303 (ON LINE)

ARTIGO

INTENCIONALIDADES NA CATEQUESE: ANÁLISE DE FONTES PATRÍSTICAS E DE ESCRITOS DE LUTERO

*Dr^a Laude Erandi Brandenburg,
Me. Wagner Fernando Kind Strelow
Dr. Wilhelm Wachholz*



A Revista Via Teológica está licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição – Não Comercial – Sem Derivações - 4.0 Internacional

INTENCIONALIDADES NA CATEQUESE: ANÁLISE DE FONTES PATRÍSTICAS E DE ESCRITOS DE LUTERO

INTENTIONALITIES IN CATECHESIS: ANALYSIS OF PATRISTIC
SOURCES AND LUTHER'S WRITINGS

*Dr^a Laude Erandi Brandenburg¹,
Me. Wagner Fernando Kind Strelow²
Dr. Wilhelm Wachholz³*

-
- 1 Doutora em Teologia, docente Titular do Programa de Pós-Graduação em Teologia das Faculdades EST de São Leopoldo. E-mail: laude@est.edu.br
 - 2 Mestre (2021) e doutorando em Teologia pelas Faculdades EST. Tutor da área de História dos cursos EaD de Teologia e Ciências da Religião das Faculdades EST. E-mail: wagner.strelow@flt.edu.br
 - 3 Doutor em Teologia pelo Instituto Ecumênico de Pós-Graduação (PPG-EST) de São Leopoldo/RS. Professor titular de Teologia e História e coordenador do PPG-EST da Faculdades EST. Ocupa a cátedra de Pesquisa em Lutero e Luteranismo da Faculdades EST. E-mail: wachholz@est.edu.br

RESUMO

O presente artigo disserta sobre diferentes intencionalidades na catequese cristã, baseando-se em escritos de dois autores anônimos e de Ireneu de Lião, da era Patrística, e em três diferentes obras de Martinho Lutero. O objetivo é verificar como as intencionalidades guiaram a catequese. Acerca da intencionalidade moral, são consultadas a Didaquê e o Catecismo Menor de Lutero. Em se falando de intencionalidade conteudista e identitária, é verificada a obra “Contra as Heresias III”, de Ireneu de Lião, e “Como reconhecer a Igreja”, de Martinho Lutero. Concernindo à intencionalidade salvífica, estudam-se as abordagens da Epístola a Diogneto e o Catecismo Maior de Martinho Lutero.

Palavras-chave: Catequese. Intencionalidade. Patrística. Lutero.

122

ABSTRACT

The present article disserts about different intentionalities in Christian catechesis, based on writings by two anonymous authors and by Irenaeus of Lyons, from the Patristic era, and on three different Works by Martin Luther. The goal is to verify how the intentionalities guided the catechesis. About the moral intentionality, the Didache and Luther's Minor Catechism will be consulted. Regarding content-wise and identity intentionalities, the works “Against Heresies III” by Irenaeus of Lyons, and “How to recognize the Church”, by Martin Luther, will be verified. Concerning salvific intentionality, the approaches of the Letter to Diognetus and Martin Luther's Large Catechism will be studied.

Keywords: Catechesis. Intentionality. Patristics. Luther.

INTRODUÇÃO

A catequese é um tema que perpassa a teologia em todas as suas dimensões. Ela se origina na Bíblia e se vale também de interpretações oriundas da Teologia Sistemática. Entretanto, o lugar vivencial da catequese não é a academia, e sim a comunidade cristã.

Durante épocas diferentes da história da Igreja, teóricos diversos buscaram responder a questões importantes da teologia através da catequese. Suas abordagens situadas em vinte séculos da história da Igreja buscavam contextualizar o ensino sem alterar o conteúdo, de acordo com as intenções que a Igreja tem ao oferecer a catequese.

No presente artigo, três intencionalidades são exploradas neste âmbito. Respectivamente, as intencionalidades moral, conteudista ou identitária, e a salvífica. Em cada parte, é considerado o ensinamento de um autor da era patrística. Em seguida, é contrastado com excertos de obras do reformador Martinho Lutero (1483-1546). O artigo pretende, com esta abordagem, verificar como as intencionalidades acima elencadas guiaram a catequese.

1. A INTENCIONALIDADE MORAL

Embora nem de longe seja a única ou primordial função do trabalho catequético, a catequese deve preparar para a vida na comunidade cristã. Os mais antigos testemunhos da história da catequese dão claro testemunho desta intencionalidade e como esta dimensão da catequese, e da própria vida cristã, era de importância fundamental.

O mais antigo ordenamento eclesiástico conhecido pela comunidade científica é a Didaquê (LILJE, 1956, p. 12). Datada ainda do final do século I (LILJE, 1956, p. 15), era empregada na catequese de uma comunidade cristã na Síria (STRELOW, 2020,

p. 27). A estrutura interna da Didaquê denota uma ênfase muito decidida pela questão tropológica. Urbano Zilles apresenta a seguinte estrutura para o documento:

I – Cap. 1-6 É um tratado moral para catecúmenos. O conteúdo ético desta primeira parte é de origem judaica, orientando-se no esquema dos dois caminhos:

Cap. 1- 4 trata do caminho da vida.

Cap. 5 trata do caminho da morte.

Cap. 6 faz uma síntese. A base do caminho da vida é o mandamento do amor a Deus e ao próximo, com muitas outras sérias advertências.

II – Cap. 7-10 É um antigo ritual litúrgico, contendo instruções sobre a administração do batismo (cap.7), o jejum e a oração (cap. 8), e a celebração eucarística (cap. 9 e 10).

III – Cap. 10-15 São instruções relativas à vida comunitária. Tratam da hospitalidade para com os apóstolos, ou seja, os pregadores itinerantes (girovagos), dos profetas e peregrinos em geral, recomendando bondade e prudência; da santificação do Domingo e das qualidades requeridas do bispo e do diácono e sua eleição.

O cap. 16 manda aguardar a vinda do Senhor (ZILLES, 1971, p. 16) (grifos do autor).

Dois das três seções tratam de questões morais. A primeira seção apresentada neste sumário propõe a moral para com as pessoas fora da comunidade, e os capítulos 10-15 tratam – entre outros assuntos – do relacionamento entre as pessoas da comunidade. A ênfase moral é lógica quando se leva em consideração que o contexto no qual a comunidade estava inserida – a Síria do século I – não tinha uma moral pública baseada na tradição judaico-cristã. É possível que este contexto tenha motivado esta forma de organizar o documento.

A Didaquê separa as instruções tropológicas para com os de fora e de dentro da comunidade por um tratado litúrgico. Para

com os de fora, vale abster-se de qualquer atitude imoral – não roubar, não matar, não praticar imoralidade sexual para com ninguém e se afastar de pessoas que agem deste modo (STRELOW, 2020, p. 29-30) – e para as pessoas irmãs de fé, além destas medidas, há instruções de práticas benevolentes.

As pessoas responsáveis pela organização do culto e da vida de fé da comunidade devem ser alimentadas e providas com vestimentas pela comunidade, porém, falsos apóstolos e profetas, enganadores que procuram se locupletar à custa da comunidade, não merecem e nem devem ser recebidos, nem alimentados, nem apoiados de qualquer forma por membro algum da comunidade (ZILLES, 1971, p. 37-38). Ademais, os irmãos e as irmãs de fé devem zelar pela unidade da comunidade: se alguém se ofender pela atitude de outrem da comunidade, já se considera a unidade rompida, e é necessário restaurá-la o mais breve que possível (ZILLES, 1971, p. 39-40).

A separação entre os dois tratados morais possivelmente foi motivada por duas intenções diferentes. Não significa que valham dois pesos e duas medidas para com as pessoas de dentro e de fora da comunidade, mas que a vivência da fé dentro e fora da comunidade persegue dois objetivos diferentes. Para fora da comunidade, o interesse consiste em representar o cristianismo como aparece nos Evangelhos: uma religião acolhedora para com todas as classes sociais e etnias e baseada em princípios morais, que proíbe aos seus não só a prática da iniquidade, mas também a associação para com quem vive nela. Para dentro da comunidade, a intenção é manter uma estrutura eclesial em um contexto muito adverso à existência da fé cristã. O Império Romano não considerava o Cristianismo uma religião lícita na época da redação da Didaquê. A continuidade do culto e da comunidade dependia da benevolência do governo local que poderia proibir e perseguir qualquer membro da comunidade por sua fé.

Era necessário que a subsistência dos líderes espirituais estivesse garantida e que a unidade da comunidade não soço-

brasse por causa de questões internas. A atividade de vigaristas que apenas queriam os postos de liderança para se enriquecer de forma rápida e fácil à custa dos bens dos membros era desastrosa neste contexto de adversidades e precisava ser coibida pela resistência de cada um dos membros da comunidade de fé.

Mais de um milênio depois, Martinho Lutero escreveria um catecismo para o povo alemão de seu contexto. Lutero também teve intenções de aprofundar a moral na catequese que propôs para o seu povo. Seu catecismo possui uma estrutura também repartida em seções temáticas, que será reproduzida aqui.

A primeira parte reproduz e explica os dez mandamentos (LUTERO, 1983, p. 1); a segunda, o Credo Apostólico (LUTERO, 1983, p. 6), e a terceira, o Pai-Nosso (LUTERO, 1983, p. 9). As últimas três partes retratam e elucidam três práticas tradicionais da Igreja, respectivamente, o sacramento do Batismo (LUTERO, 1983, p. 14), a confissão e absolvição dos pecados (LUTERO, 1983, p. 17), e a Santa Ceia (LUTERO, 1983, p. 20).

No Catecismo Menor, assim como na Didaquê, a moral integra a primeira seção. Lutero apresenta uma doutrina moral – um “Caminho da Vida”, para usar a linguagem da Didaquê – a partir dos dez mandamentos. Os dez mandamentos são interpretados de forma que façam jus ao contexto no qual Lutero estava inserido, e suas explicações sempre iniciam com a máxima “Devemos temer e amar a Deus”. Exceto o primeiro mandamento, “Eu sou o Senhor, teu Deus. Não terás outros deuses diante de mim” (LUTERO, 1983, p. 1), e o sexto, “Não cometerás adultério” (LUTERO, 1983, p. 3), os quais apenas têm imperativo como explicação, os oito restantes possuem um ou mais proibitivos seguidos de um imperativo. Abaixo segue um exemplo:

SÉTIMO MANDAMENTO:

Não furtarás.

Que significa isto?

Devemos temer e amar a Deus, e, portanto,
não tirar ao nosso próximo o dinheiro e seus bens,
nem nos apoderar deles por meio de mercadorias falsificadas ou negócios fraudulentos,
mas devemos ajudá-lo a melhorar e conservar os seus bens e o seu meio de vida (LUTERO, 1983, p. 3-4) (Grifos do editor).

Evidencia-se que o mandamento é atualizado para que possa dialogar com o ensinamento de Cristo nos evangelhos e com o contexto local de Lutero. O roubo é crime tanto para os hebreus do Êxodo quanto para os alemães da Saxônia de Lutero, mas na sociedade mercantil do século XVI havia novas formas de roubo que as tribos agrícolas do Antigo Testamento não conheciam. Uma atualização da mensagem foi necessária para que os praticantes destas novas modalidades de roubo não vivessem neste pecado sem advertência da Igreja.

Na quinta parte do Catecismo Menor – aquela sobre a confissão e absolvição –, Lutero exorta a pessoa leitora a examinar-se à luz destes dez mandamentos para descobrir onde estão seus pecados e como abandoná-los.

Examina o teu estado [isto é, situação] à luz dos dez mandamentos: se és pai, mãe, filho, filha, patrão, patroa, empregado; se foste desobediente, infiel, negligente, irado, licencioso, contencioso; se fizeste mal a alguém com palavras e ações; se roubaste, descuraste ou cometeste algum dano (LUTERO, 1983, p. 18).

A consequência deste exame deve ser a confissão dos pecados a Deus e a um confessor, a petição a Deus por perdão, a absolvição por parte de Deus anunciada pelo confessor e a tentativa de abandonar os pecados conhecidos (LUTERO, 1983, p. 18-19). Desta forma, a catequese deriva a sua noção moral daquilo que Deus considera probo ou réprobo e apresenta formas de lidar com a imoralidade humana.

Uma diferença entre a Didaquê e o Catecismo Menor entra em evidência: não existem dois tratados morais no Catecismo Menor, um para o convívio com as pessoas que estão fora da comunidade, e outro para com as pessoas irmanadas na fé. Isso é devido ao fato de que não era possível imaginar, num contexto de *corpus christianum*, vários grupos que professassem e vivessem uma fé diferente daquela aprovada pelo senhor feudal do respectivo território. A comunidade evangélica da cidade ou vila era idêntica com a totalidade de habitantes da mesma.

Longe de apregoar a estrutura do *corpus christianum* como a epítome da moral cristã, ou de buscar superá-lo ou alterá-lo, a moral do Catecismo menor não é fundada em mera adequação social, e sim tem seu pressuposto na resposta ao “Que significa isto?”, a saber “Devemos temer e amar a Deus”. A vivência moral é precedida pelo ato libertador de Deus (MÜLLER, 2005, p. 96), a quem se deve, em resposta, temor e amor, obediência. O fruto desta obediência é a união interna da comunidade cristã.

Entretanto, a intencionalidade da doutrina moral proposta por Lutero é muito parecida com aquela da Didaquê. Assim como na Didaquê, busca-se a unidade da comunidade. Ela não pode acontecer se cada um dos membros não estiver unido com Deus, e o pecado separa de Deus. Se for impossível abandonar o pecado por completo na terra, a vida em pecado – isto é, praticar um pecado específico como roubo ou adultério de forma cônica, impenitente e perseverante até o fim da vida –, pode afastar a própria pessoa da comunidade de fé e também escandalizar a outras pessoas, gerando a separação de Deus e a separação dentro da comunidade. As duas catequeses colocam o assunto em primeiro plano, antepondo-o a outras temáticas.

2. A INTENCIONALIDADE CONTEUDISTA E IDENTITÁRIA

O redator da Didaquê não enfatizou a questão conteudista e identitária em sua obra. Ele queria criar um ordenamento ecle-

siástico simples e abrangente e não debater pormenorizadamente o conteúdo a ser ensinado e a identidade da sua comunidade. Outros autores da Patrística se ocuparam mais detalhadamente com o assunto da identidade e do conteúdo. Um deles, fundamental para o posterior desenvolvimento da dogmática cristã, foi Irineu de Lião (KLEBBA, In: BARDENHEWER, 1912, v. 3, p. VI). Irineu viveu durante o século II (STRELOW, 2020, p. 38-39), e esteve desde por volta de 177 até sua morte à frente de uma comunidade cristã em Lião, na Gália, atual França, trabalhando como bispo (STRELOW, 2020, p. 39-40).

Neste contexto, Irineu conviveu com diversos grupos que, apesar de se professarem cristãos, não tinham a mesma doutrina e, tampouco, a mesma forma de viver sua fé. É neste contexto que Irineu pesquisou as crenças de vários grupos considerados hereges e apresentou porque as doutrinas destes grupos – que também não eram congruentes entre si – não podem fazer parte da doutrina cristã.

Irineu apresentou o conteúdo e a identidade da fé cristã em seu livro “Contra as Heresias III”. Neste livro, ele apresenta quais as principais práticas dos hereges que os separam da identidade cristã. A sua forma de catequizar denota que suas intenções não redundam em agregar membros à Igreja, e sim em professar doutrinas próprias, inventadas por eles mesmos. Três são os principais alertas que um ensinamento não é congruente com a verdade: quando um professor condiciona a continuação da catequese ao ingresso na comunidade religiosa (LIÃO, 1995, p. 312-313); quando um professor desmerece ou não se vale de referências bíblicas ao catequizar, a ponto de dizer que o texto bíblico está corrompido (LIÃO, 1995, p. 247-248); ou quando o professor não apresenta a origem de suas doutrinas ou inventa doutrinas novas (LIÃO, 1995, p. 247-248; STRELOW, 2020, p. 51).

Irineu precisava não apenas delimitar o que era falso e incompatível com a fé da Cristandade. Era necessário que fosse apresentado um fundamento sobre o qual a catequese, e toda a

Igreja, pudessem ser edificadas. Para o bispo de Lião, este fundamento se encontra nos ditos do Senhor Jesus Cristo, ministrados pelos quatro Evangelhos. Em “Contra as Heresias III”, lê-se:

Assim, Mateus publicou entre os judeus, na língua deles, o escrito dos Evangelhos, quando Pedro e Paulo evangelizavam em Roma e aí fundavam a Igreja. Depois da morte deles, também Marcos, o discípulo e intérprete de Pedro, nos transmitiu por escrito o que Pedro anunciava. Por sua parte, Lucas, o companheiro de Paulo, punha num livro o Evangelho pregado por ele. E depois, João, o discípulo do Senhor, aquele que recostara a cabeça ao peito dele, também publicou o seu Evangelho, quando morava em Éfeso, na Ásia. Eles todos nos transmitiram que há um só Deus, Criador do Céu e da Terra, anunciado pela Lei e pelos profetas, e um só Cristo, Filho de Deus. E se alguém não acredita neles despreza os que tiveram parte com o Senhor, despreza ao mesmo tempo o próprio Senhor, como também despreza o Pai; e ele mesmo condena-se, ao resistir e opor-se à própria salvação. E é isto que fazem todos os hereges (LIÃO, 1995, p. 247).

130

A identidade da Igreja consiste em aceitar a salvação proposta – mas não imposta – por Deus nos Evangelhos. A identidade da não-igreja é rejeitar obstinadamente a salvação proposta nos Evangelhos ao desprezar a revelação de Deus, seu Cristo e o próprio Deus. A Igreja conhece a história de formação dos Evangelhos e garante que são autênticos. É este conteúdo e esta identidade que são apresentados na catequese da Igreja. Se tudo o que excede os Evangelhos pode servir de modo complementar, tudo o que lhes contraria ou nega sua autoridade é anátema.

Lutero também se ocupou com o assunto da identidade da Igreja. Em seu tratado “Como reconhecer a Igreja”, ele disserta sobre este quesito, apresentando sinais de que uma igreja é autêntica. O primeiro deles é a presença da Palavra de Deus – o qual é mais importante e mestre de todos os outros. Nas palavras de Lutero:

Você ouve tal palavra e vê que ela é pregada, crida, confessada e cumprida. Então você não precisa ter dúvida de que certamente está aí uma verdadeira santa igreja católica, um santo povo cristão, mesmo que seu número seja muito pequeno. Pois a Palavra de Deus não fica sem fruto [...]. Mesmo que não tivesse outro sinal além desse, ele bastaria para provar que existe ali um santo povo cristão (LUTERO, 2001, p. 17-18).

Todo e qualquer sinal exterior perde a validade se não for confirmado pela Palavra de Deus, conforme Lutero. Os sinais que Lutero arrola como validadores da identidade da Igreja são: o Batismo, se “ensinado, crido e administrado” (LUTERO, 2001, p. 19) em conformidade com a Palavra de Deus; e a Santa Ceia – o Sacramento do Altar – quando “administrado, crido e recebido de acordo com a instituição de Cristo” (LUTERO, 2001, p. 20).

Da mesma forma, o perdão dos pecados – e sua eventual retenção e exclusão da pessoa pecadora da Igreja, caso não houver arrependimento – só têm validade se ocorrem de acordo com a Palavra de Deus. Uma retenção do perdão dos pecados sem a ordem de Deus não tem valor, porque em Mateus 18.15-17 Cristo ordenou que todo pecador arrependido deve ser perdoado (LUTERO, 2001, p. 22-23). Da mesma forma, o anúncio do perdão não tem valor sem arrependimento. Apenas Deus pode perdoar e o ser humano apenas anunciar o perdão de Deus.

Outra característica da identidade eclesial é a natureza do ministério eclesiástico. Pessoas são vocacionadas para esta tarefa e devem ser respeitadas como tal – e devem tratar o seu ofício com o devido respeito. Uma só pessoa deve organizar a vida eclesial e “[...] somente esta deve pregar, batizar, absolver e administrar o sacramento” (LUTERO, 2001, p. 24-25). Pessoas não autorizadas não podem ter essas funções. A pessoa que está encarregada destes serviços representa a identidade da Igreja.

Ainda a liturgia e a oração são consideradas elementos pelos quais a igreja pode ser reconhecida. Lutero afirma que o

“Pai-Nosso” é a maior evidência neste campo de que se trata de uma igreja cristã (LUTERO, 2001, p. 39), entretanto, ainda há outros sinais importantes. Quando músicas da igreja têm conteúdo de origem bíblica e estão de acordo com a fé cristã, e a comunidade estuda os conteúdos da fé, um elemento muito importante para reconhecer a igreja está em evidência. O louvor deve ser compreensível e deve ensinar a pessoa ouvinte (LUTERO, 2001, p. 39).

A sétima característica que Lutero enumera em “Como reconhecer a Igreja” é a cruz – semelhante a Cristo, que foi “pobre, desprezado, doente, fraco” (LUTERO, 2001, p. 40), assim é a Igreja. A igreja de Cristo é sempre perseguida neste mundo. Lutero ensina: “Quando você é condenado por causa de Cristo, amaldiçoado, desprezado, caluniado e atormentado, isso faz de você um santo” (LUTERO, 2001, p. 41). Na perseguição, conforme Lutero, ocorre a santificação pelo Espírito Santo (LUTERO, 2001, p. 41).

132

Conclui-se que os testemunhos de Irineu e Lutero convergem para uma imagem uniforme da Igreja da qual se depreendem suas características e os conteúdos que devem ser ministrados na catequese. Catequese tem de transmitir claramente um conteúdo pré-definido – a Palavra de Deus. As manifestações da vida de fé precisam, conforme Lutero, derivar todas da Palavra de Deus. A catequese precisa, por consequência, explicar à pessoa ouvinte o que são essas manifestações e como beneficiam a vida cristã e auxiliam na obtenção da salvação.

Algumas manifestações, em especial, o louvor, têm a tarefa de carregar em si próprias a explicação de seu significado. O conteúdo das manifestações de fé do povo cristão pelas quais se reconhece a igreja, e a própria catequese, assinala a identidade da Igreja. Isto se dá porque toda a identidade da pessoa como cristã – batizada, crente e praticante – e da comunidade cristã, deriva da Palavra de Deus. Nem Irineu pensava em uma identidade eclesial exclusivamente celta, nem Lutero em uma

identidade exclusivamente alemã, pois os Evangelhos são propriedade de toda a Cristandade e as características enumeradas por Lutero são encontradas fora da Alemanha e em muitas denominações que não se identificam com o Luteranismo.

3. A INTENCIONALIDADE SALVÍFICA

Por fim, destaca-se um terceiro escrito da Patrística, no qual a intencionalidade salvífica desponta mais claramente que nas abordagens anteriores: a carta a Diogneto. Muitas teorias foram apresentadas sobre a datação, autoria e destinatário. Como a carta não permite auferir estas informações explicitamente a partir de seu texto, é necessário recorrer a pistas menos evidentes para estas informações. Como a carta desconsidera o contexto romano, fazendo apenas menções aos gregos e sua religião em se tratando de politeísmo, entretanto, aparenta estar direcionada a um oficial romano, cujo contexto é o mundo helênico do século II (STRELOW, 2020, p. 32-33). Alguns, como Andriessen, acreditam que a carta a Diogneto é idêntica com a perdida apologia de Quadrato, sendo, portanto, este Quadrato o autor da carta (FRANGIOTTI, In: STORNIOLO; BALANCIN, 1995, p. 13). Andriessen aponta o imperador Hélio Adriano como destinatário (FRANGIOTTI, 1995, p. 13). Gerhard Rauschen prefere a hipótese de que “Diogneto” era um professor de Marco Aurélio (RAUSCHEN, In: BARDENHEWER, 1913, v. 12, p. 11).

Assim como em outros nomes próprios da língua grega, a palavra “διόγνητος” pode ser um nome próprio ou um adjetivo. Walter Bauer classifica o termo exclusivamente como nome próprio (BAUER, 1971, p. 394), enquanto o dicionário “Pape” apresenta o significado como “de ilustre nobreza” (PAPE, 1875, v. 3, p. 302). Pode-se referir, portanto, ao referido Diogneto, professor de Marco Aurélio, a qualquer outro Diogneto, ou a qualquer oficial do governo imperial da época, podendo incluir até mesmo imperadores romanos, se compreendido como título honorífico.

Nenhuma destas teorias pode ser rejeitada ou comprovada antes que uma evidência adicional venha à luz.

O catequista anônimo apresenta ao seu catecúmeno – que será doravante denominado simplesmente por “Diogneto” – como é possível ser salvo e quais os pré-requisitos para isto acontecer. Este professor explica, ao discursar sobre a salvação, qual a natureza da igreja. A identidade da Igreja está intrinsecamente ligada a Deus. Conforme o desconhecido doutrinador:

Aquele que é verdadeiramente Senhor e criador de tudo, o Deus invisível, ele próprio fez descer do céu, para o meio dos homens, a verdade, a palavra santa e incompreensível, e a colocou em seus corações. Fez isso, não mandando para os homens, como alguém poderia imaginar, algum dos seus servos, ou um anjo, ou algum príncipe daqueles que governam as coisas terrestres, ou algum dos que são encarregados da administração dos céus, mas o próprio artífice e criador do universo; aquele por meio do qual ele criou os céus e aquele através do qual encerrou o mar em seus limites (FRANGIOTTI, 1995, p. 24).

134

A identidade da igreja, medida pelas suas características externas, pode ser descrita conforme o capítulo anterior. Quando se pergunta pela origem da igreja, a resposta se encontra no Verbo de Deus, Jesus Cristo. Este Verbo de Deus e sua encarnação, sua descida do alto dos céus para a terra, é a condição prévia para a existência da igreja e, por conseguinte, da salvação. Cristo foi enviado para a terra para estabelecer sua Palavra nos corações da humanidade. Mas isto ocorre com e para o enorme benefício da salvação da humanidade. O anônimo apresenta esta situação da seguinte maneira:

Quando a nossa injustiça chegou ao máximo, e ficou totalmente claro que a única retribuição que podíamos esperar era castigo e morte, chegou o tempo que Deus estabelecera para manifestar a sua bondade e o seu poder. Oh imensa bondade e amor de Deus! Ele não nos odiou, não

nos rejeitou, nem guardou ressentimento contra nós. Pelo contrário, mostrou-se paciente e nos suportou. Com misericórdia tomou sobre si os nossos pecados e enviou o seu Filho para nos resgatar: o santo pelos ímpios, o inocente pelos maus, o justo pelos injustos, o imortal pelos mortais (FRANGIOTTI, 1995, p. 26).

Isto quer dizer que a salvação provém do sacrifício de Cristo na cruz. Não existe outra forma de receber a salvação e a vida eterna sem a aceitação de Cristo. Essa prerrogativa – que não existe outro meio de salvação e que Deus é “clemente, bom, manso e verdadeiro” (FRANGIOTTI, 1995, p. 26) para sempre – fundamenta a necessidade de estar sempre conectado com Deus o tempo todo por meio da comunhão dos santos, da Palavra, da oração e dos sacramentos.

Caso uma infinidade de benefícios – a vida eterna como principal deles – e absolutamente nenhum mal possa provir da comunhão vitalícia com Deus, o oposto, a separação de Deus, pode trazer abundância de males e a condenação eterna se o caminho de salvação ofertado por Jesus Cristo é rejeitado. Deste modo, a catequese tem a intencionalidade de promover a salvação da humanidade, apontando para o seu autor, que é também o fundamento da Igreja.

Lutero se empenhou muito em ensinar aos fiéis da Alemanha acerca da salvação e a explicar como eles podem chegar à salvação. O reformador apresenta o sacramento da Santa Ceia como a forma de receber perdão gratuito dos pecados – e se manter dentro da comunhão de fé, não desperdiçando a dádiva do perdão de Deus dispensada a quem o aceita como Senhor e Salvador.

O reformador quer enfatizar quão importante é acessar a graça de Deus vertida em favor do ser humano pecador por meio do sacrifício de Cristo na cruz e oferecida mediante o sacramento da Santa Ceia. No seu Catecismo Maior, ele ensina que a Santa Ceia foi ordenada por Cristo aos fiéis como penhor do perdão dos pecados. Citando o próprio Lutero:

Isso se esclarece com facilidade pelas palavras mencionadas “este é meu corpo e sangue dado por vocês pelo perdão do pecado”. Pode-se resumir-lo da seguinte maneira: vamos ao sacramento para ali receber esse tesouro por meio do qual e no qual recebemos o perdão do pecado. Por que isso? Pelo fato de ali constarem essas palavras e elas nos darem isso. Ele me manda comer e beber para que seja meu e me sirva como penhor e sinal certo, sim, que seja o bem em si colocado para mim contra o meu pecado, a morte e toda desgraça (LUTERO, 2012, p. 121) (Grifo do editor).

O sacramento da Santa Ceia é um legítimo meio de graça, é uma forma de receber o perdão de Deus da qual se tem certeza a partir das Escrituras que é eficaz para este intuito. O oposto – rechaçá-la – é criticado por Lutero como fruto da superstição ou do orgulho. Da superstição, quando se introduzem regras das quais a Bíblia nada informa para o acesso ao perdão dos pecados doado por Deus à Igreja na Santa Ceia. Por exemplo, quando a pessoa era barrada do sacramento porque, apesar de arrependida de seu pecado, não era considerada digna de receber a Ceia por causa do exato pecado que queria ter perdoado neste ritual (LUTERO, 2012, p. 125). Assim, a preparação para a Ceia, que deveria ser uma conscientização da importância deste sacramento, e não uma seleção de participantes, se torna a razão de que pecados não são sanados. Do orgulho, quando pessoas desprezam o sacramento, não indo com frequência regular ou até mesmo abandonando por completo a Ceia por anos a fio. Lutero explica que isto é o primeiro passo do abandono da vida de fé, e que se uma pessoa não percebe a importância de buscar a constante reconciliação com Deus, nada mais na Igreja lhe serve de coisa alguma (LUTERO, 2012, p. 123).

Conclui-se que tanto o autor anônimo da carta a Diogneto, quanto o reformador Lutero, tinham em comum a intencionalidade salvífica na catequese. O catequista da era Patrística,

lidando com uma pessoa que não havia se filiado ainda a nenhuma comunidade religiosa, falava da salvação como dádiva de Deus acessível a quem a quisesse. O mesmo foi ensinado por Lutero, porém, o público era diferente. Diogneto, pagão na época da redação da carta, estava inepto para fruir da Ceia – antes importava que fosse batizado e catequizado. Os alemães e as alemãs de Lutero precisavam ser lembrados e lembradas da importância de permanecer ligados e ligadas a Jesus e à Igreja para não caírem no orgulho de se considerarem tão especiais que prescindem do sacrifício de Cristo, ou no medo infundado da ira de Deus que leva a pessoa pecadora para mais longe ainda da salvação.

Ambos os teólogos, porém, concebem a certeza da salvação como fruto da comunhão com Deus. Se o afastamento de Deus é a razão da condenação, viver com Deus é o caminho a ser seguido. É necessário abandonar opiniões infundadas e refutáveis pelas Escrituras Sagradas em favor de uma vida de fé fundamentada na Palavra de Deus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Lutero, ao praticar a catequese no seu contexto, se depարou com os mesmos problemas que os seus antecessores da era Patrística. Ele encontrou a necessidade de regulamentar a vivência cristã dentro e fora da comunidade de fé, de garantir que a identidade da Igreja fosse preservada, e que as pessoas não perdessem de foco a importância da salvação.

Porém, a sua abordagem foi muito mais metodológica do que aquela dos patrísticos. Os anônimos redatores da Didaquê e da carta a Diogneto e Irineu de Lião apresentaram conceitos e ideias. Lutero, nos seus catecismos e no livreto “Como reconhecer a igreja”, explica onde reconhecer a igreja, em uma dimensão que vai além das questões doutrinárias, usando de exemplos práticos e aplicáveis no dia-a-dia das pessoas leitoras.

Quanto à moralidade, que é um fator vivido dentro e fora da vida litúrgica da comunidade, os exemplos são os mais variados, porque o mundo muda com o passar do tempo, exigindo novos modos de aplicar os mesmos princípios – encontrados nas Escrituras Sagradas. Quanto à identidade da Igreja e à salvação, que são fatores completamente independentes do contexto local e temporal, não há outro fundamento nem referência senão a Palavra de Deus, e isto não mudou durante o milênio que separa Martinho Lutero da Patrística pré-nicena.

Para concluir, a aplicação da catequese com respeito às intencionalidades tropológica, conteudista ou identitária, e salvífica apresentadas nos escritos aqui analisados de Lutero, é consoante com os princípios escriturísticos e não contraria a interpretação que os arrolados autores patrísticos defendem. Com o passar dos séculos, a Igreja se adapta aos desafios dos novos tempos, mas não adapta a doutrina a nenhum valor ou sistema filosófico exterior a ela, sob a pena de perder sua identidade.

REFERÊNCIAS

BAUER, Walter. **Griechisch-Deutsches Wörterbuch zu den Schriften des Neuen Testaments und der übrigen urchristlichen Literatur**. 5.ed. Berlin: Walter de Gruyter, 1971.

FRANGIOTTI, Roque. Carta a Diogneto. In: STORNILO, Ivo; BALANCIN, Euclides M. (Orgs.). **Padres Apologistas**. São Paulo: Paulus, 1995.

KLEBBA, Ernst. Des Heiligen Irenäus fünf Bücher gegen die Häresien. In: BARDENHEWER, WEYMAN; et al. (Orgs.). **Bibliothek der Kirchenväter: Eine Auswahl patristischer Werke in deutscher Übersetzung**. München: Kösel, 1912. v. 3.

LIÃO, Irineu de. **Contra as Heresias: denúncia e refutação da falsa gnose**. 2.ed. São Paulo: Paulinas, 1995.

LILJE, Hanns. **Die Lehre der Zwölf Apostel: eine Kirchenordnung des ersten christlichen Jahrhunderts.** Hamburg: Furche, 1956.

LUTERO, Martin. **Catecismo Menor.** 12.ed. São Leopoldo: Sinodal, 1983.

LUTERO, Martin. **Como reconhecer a igreja.** São Leopoldo: Sinodal, 2001.

LUTERO, Martinho. **Catecismo Maior do Dr. Martinho Lutero.** São Leopoldo: Sinodal, 2012.

MÜLLER, Ênio Ronald. **Teologia cristã em poucas palavras.** São Paulo: Teológica; São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2005.

PAPE, Wilhelm. **Deutsch-Griechisches Handwörterbuch.** 3.ed. Braunschweig: Friedrich Bieweg und Sohn, 1875. v. 3.

RAUSCHEN, Gerhard. Der Brief an Diognet: aus dem Griechischen übersetzt. In: BARDENHEWER, Weyman; et al. (Orgs.). **Bibliothek der Kirchenväter: Eine Auswahl patristischer Werke in deutscher Übersetzung.** München: Kösel, 1913. v. 12.

STRELOW, W. F. K. **Catequese e leitura bíblica no contexto da Patrística.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Faculdades EST, São Leopoldo. 2020.

ZILLES, Urbano. **Didaquê ou Doutrina dos Apóstolos.** 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1971.